

**MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO SUL/RS
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2025
EDITAL DE ABERTURA Nº 01/2025**

**EDITAL Nº 01.11/2026 – RESPOSTAS AOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS SOBRE O GABARITO
PRELIMINAR DAS PROVAS OBJETIVAS**

O Prefeito do Município de Santa Bárbara do Sul, no uso de suas atribuições legais, torna público, por este Edital, o que segue:

**1. DAS RESPOSTAS AOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS SOBRE O GABARITO PRELIMINAR DAS
PROVAS OBJETIVAS.**

**CONHECIMENTOS GERAIS – CARGOS DE NÍVEL ESCOLAR FUNDAMENTAL COMPLETO E
INCOMPLETO**

LÍNGUA PORTUGUESA

Questão 01 – Gabarito mantido letra B.

Apenas a alternativa “B” está correta, pois “à” ocorre pela fusão de dois “as”: a preposição “a”, exigida pelo verbo, e o artigo definido feminino “a”, que acompanha o substantivo feminino seguinte; “a”: a palavra “horários” é um substantivo masculino. Assim, fica mantido o gabarito preliminar.

Questão 03 – Gabarito mantido letra A.

A alternativa “A” está correta, pois o correto é: estudos científicos sugerem que cochilos curtos e regulares podem ser benéficos para a saúde do cérebro; um cochilo breve ajuda a combater a fadiga; a chave para um cochilo eficaz e benéfico está em entender como o corpo regula o sono e a vigília. Assim, fica mantido o gabarito preliminar.

Questão 06 – Gabarito anulado.

O termo “filhos” possui 5 fonemas e “olhos” possui 4 fonemas, logo, possuem número diferente de fonemas. “Escorregadio” possui dígrafo “rr” e ditongo crescente “io”; “turnos” possui encontro consonantal. A sequência F-F-F não é contemplada entre as alternativas, assim, o gabarito será anulado.

Questão 10 – Gabarito mantido letra A.

A alternativa “A” está correta, pois as duas vírgulas não separam o vocativo – termo usado para chamar alguém; os travessões não alteram o sentido da frase; separa elementos de mesma função sintática.

LEGISLAÇÃO

Questão 11 – Gabarito mantido letra E.

O enunciado e, por conseguinte, a alternativa correta, estão de acordo com as disposições da Lei Municipal N.º 2.547/2005 (Art. 15), nos termos de suas atualizações. Cumpre destacar que o Anexo III – Conteúdos Programáticos das Provas Objetivas apresenta a seguinte consideração: “Considerar-se-á a legislação vigente, incluindo alterações e atualizações, legislações complementares, súmulas, jurisprudência e/ou orientações jurisprudenciais, até a data da publicação deste Edital de Abertura.” Dessa forma, o gabarito deve ser mantido.

CONHECIMENTOS GERAIS – CARGOS DE NÍVEL ESCOLAR MÉDIO/TÉCNICO

LÍNGUA PORTUGUESA

Questão 01 – Gabarito mantido letra D.

O enunciado da questão solicita que o regramento ortográfico seja atendido e que seja realizada a escolha das palavras que possuem escrita correta, dentro de um grupo de palavras pré-estabelecido. Assim, de acordo com a norma vigente e com dicionários da língua portuguesa, a única alternativa correta é a apresentada na letra D (ancestralidade – descarrilado – gananciosa). Não havendo, portanto, nenhuma outra forma registrar tais palavras, fica mantido o gabarito.

Questão 02 – Gabarito mantido letra E.

No primeiro pontilhado, o verbo “perdemos” rege complemento direto (sem preposição) e o substantivo “conexão” admite artigo. Logo, não há crase. No segundo pontilhado, não há nenhum verbo ou nome que exige preposição. Há apenas a presença de artigo antes de “empatia”. No terceiro pontilhado, o substantivo “respeito” exige a preposição “a” (respeito a algo), e “plantas” admite artigo feminino plural. Logo, há crase. Assim, fica mantido o gabarito preliminar.

Questão 04 – Gabarito mantido letra A.

Em “trem”, há ditongo decrescente nasal, pois o “e” é uma vogal e o “m” tem som de semivogal. Em “velhos”, há dígrafo consonantal “lh”. Em “enfeite”, há ditongo decrescente “ei”. Assim, a sequência é V-F-F, ficando mantido o gabarito.

Questão 06 – Gabarito mantido letra B.

A palavra “não” por ser um advérbio, exerce função sintática de adjunto adverbial. Assim, fica mantido o gabarito.

Questão 07 – Gabarito mantido letra D.

I – Durante todo o texto, a autora se coloca comprometida e não alheia.

II – Afirmativa correta, pois no primeiro parágrafo a autora menciona as árvores como “donas do tempo”, anteriores ao ser humano; já no quarto parágrafo a autora faz uma comparação entre o tempo da galáxia, do planeta e a brevidade da vida humana.

III – Afirmativa correta. No quarto parágrafo, a autora diz “é um ótimo lembrete da minha insignificância”.

Assim, fica mantido o gabarito.

Questão 08 – Gabarito mantido letra A.

“Gosto de olhar” – preposição exigida pelo verbo “gosto”.

“voltar a estar” – preposição exigida pelo verbo “voltar”.

“ou porque atrapalha” – conjunção coordenada alternativa.

“as verdadeiras donas” – artigo definido feminino.

Assim, fica mantido o gabarito.

Questão 10 – Gabarito mantido letra C.

I – Há apenas dois períodos.

II – O termo, embora no plural, é um sujeito simples.

III – O termo destacado acompanha o substantivo “violência”. Além disso, o “a”, por ser um artigo, exerce função de adjunto adnominal.

Assim, fica mantido o gabarito.

LEGISLAÇÃO

Questão 11 – Gabarito mantido letra A.

No setor público, o envio de dados pessoais entre órgãos/entidades para finalidades típicas do RPPS (cálculo atuarial, concessão/revisão de benefícios e gestão de contribuições) decorre de competência legal e da execução de políticas públicas, prescindindo de consentimento. Além disso, o IMPAS, como gestor do RPPS (FUMPREV), não atua “em nome” do RH, mas no exercício de atribuições próprias, definindo finalidades e meios do tratamento – razão pela qual se enquadra como controlador (LGPD, art. 5º, VI), e não como operador (art. 5º, VII). O art. 39 da LGPD disciplina o tratamento pelo operador “conforme as instruções do controlador”; não é essa a relação jurídico-funcional entre RH e IMPAS. Por fim, a LGPD não veda remessas contínuas: exige finalidade pública, necessidade, transparência e segurança, podendo haver envio periódico quando justificado. Assim, mantém-se o gabarito na alternativa A.

Questão 12 – Gabarito mantido letra E.

O enunciado descreve hipótese sem dolo e sem dano ao erário; no regime vigente da Lei nº 8.429/1992 (com as alterações da Lei nº 14.230/2021), a configuração do ato de improbidade exige dolo e tipicidade legal (Lei nº 8.429/1992, art. 1º, § 2º). Assim, a alternativa E está adequada. As demais alternativas são incompatíveis com a legislação atual: (A) não há improbidade por culpa grave; (B) não houve supressão total do art. 11; (C) imprescritibilidade do ressarcimento não torna imprescritíveis as demais sanções; (D) é admitido acordo (ex.: acordo de não persecução cível). Assim, mantém-se o gabarito na alternativa E.

Questão 13 – Gabarito mantido letra C.

A alternativa C é a única que harmoniza: (i) a base contributiva vinculada à remuneração e vantagens permanentes do cargo, excluídas parcelas indenizatórias (p.ex., auxílio-alimentação); (ii) o abono de permanência (CF, art. 40, § 19); e (iii) a vedação de destinação de recursos do RPPS para operações estranhas à finalidade previdenciária. Ademais, a concessão de empréstimos ao Município não se compatibiliza com as normas gerais do RPPS: os recursos previdenciários devem ser aplicados segundo regras de investimentos e não podem ser usados para empréstimos e financiamentos ao ente federativo, ainda que por lei local, sob pena de violação à legislação federal e ao equilíbrio financeiro-atuarial do regime. Logo, a alternativa E é incorreta. Assim, mantém-se o gabarito na alternativa C.

Questão 14 – Gabarito mantido letra D.

A progressão funcional pressupõe interstício mínimo e avaliação, conforme o plano de carreira. A suspensão disciplinar implica afastamento do servidor do efetivo exercício por determinado período e, por consequência, interrompe a contagem do tempo aquisitivo (interstício) para progressão, além de repercutir no ciclo avaliativo. Não há base para admitir progressão antes do interstício por ato “discricionário” (alternativa C), nem para afastar a avaliação pela Comissão (alternativa B). A alternativa E é inadequada porque preserva a contagem do interstício apesar do afastamento, o que contraria a lógica do requisito temporal de efetivo exercício. Assim, mantém-se o gabarito na alternativa D.

Questão 15 – Gabarito mantido letra D.

Conforme o texto expresso da Lei Municipal nº 2.547/2005, a pensão por morte corresponde à totalidade dos proventos até o teto do RGPS, acrescida de 70% da parcela excedente, quando houver. Dessa forma, mantém-se o gabarito na alternativa D.

Questão 16 – Gabarito mantido letra C.

O enunciado é claro ao abordar o entendimento “a luz da lei Orgânica Municipal”. Assim, no controle externo municipal, a Câmara Municipal julga as contas do Prefeito, com auxílio do Tribunal de Contas, cujo parecer prévio tem natureza opinativa (podendo ser afastado nas condições previstas na Lei Orgânica). Dessa forma, apenas a alternativa C está correta, ficando mantido o gabarito.

Questão 17 – Gabarito mantido letra C.

A assertiva I, tal como redigida (“exoneração de cargo efetivo, por ato discricionário”), é falsa. Mesmo no estágio probatório, a exoneração não é ato discricionário livre, mas consequência de procedimento e avaliação previstos em lei, com motivação e devido processo. As avaliações do estágio probatório não são opcionais (assertiva II falsa), e a estabilidade é instituto constitucional condicionado à aprovação nas avaliações de desempenho (assertiva III verdadeira). A assertiva IV é falsa, pois o prazo e o regime de estabilidade decorrem diretamente da Constituição (CF, art. 41), não podendo a lei municipal fixar estabilidade em 4 anos. Assim, somente a assertiva III está correta, mantendo-se o gabarito.

Questão 18 – Gabarito mantido letra B.

A alternativa B responde exatamente ao enunciado: a contagem recíproca entre RGPS e RPPS é assegurada mediante comprovação por Certidão de Tempo de Contribuição (CTC) e com compensação financeira obrigatória entre os regimes (CF, art. 201, § 9º; Lei nº 9.796/1999). Não basta mera anotação em carteira ou declaração do interessado (alternativas D e A), e o Município não pode afastar a compensação por norma local (alternativa E). A alternativa C também é incorreta, pois inexistente dispensa de compensação por tempo mínimo no RPPS. Assim, mantém-se o gabarito na alternativa B.

Questão 19 – Gabarito mantido letra B.

A situação descreve vício formal de iniciativa em lei municipal que cria vantagem remuneratória e altera regras do plano de cargos – matéria reservada ao Chefe do Poder Executivo por simetria com o art. 61, § 1º, II, da CF. A derrubada do veto e a promulgação pela Câmara não convalidam o vício de iniciativa (jurisprudência pacífica do STF). Logo, a consequência jurídica é a declaração de inconstitucionalidade da lei, como afirma a alternativa B, sendo incorretas as demais alternativas. Posto isso, mantém-se o gabarito na alternativa B.

Questão 20 – Gabarito mantido letra B.

A LAI privilegia a publicidade, mas admite proteção de informações sigilosas (inclusive segredos empresariais) e de dados pessoais, assegurando acesso parcial quando possível, com ocultação das partes protegidas e entrega do restante (LAI, art. 7º, § 2º; art. 31). A solução proposta (fornecer planilhas e medições, tarjando apenas trechos cuja divulgação gere desvantagem competitiva indevida e dados pessoais desnecessários) é compatível com a LAI e com a LGPD (princípio da necessidade/minimização e dever de segurança). As alternativas A e C são extremadas (negação total ou entrega integral sem proteção), e a alternativa D erra ao exigir ordem judicial para simples proteção de dados pessoais. Logo mantém-se o gabarito na alternativa B.

CONHECIMENTOS GERAIS – CARGOS DE NÍVEL ESCOLAR SUPERIOR

LÍNGUA PORTUGUESA

Questão 01 – Gabarito mantido letra D.

Sobre as afirmações que podem ser depreendidas do texto, cabe considerar:

Miguel Bortolini, professor da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia da Universidade Federal de Uberlândia (Faefi/UFU), não afirma que os resultados apresentados pelo IBGE não apontam as verdadeiras razões do problema do sedentarismo no Brasil.

O texto expressa claramente que o ganho excessivo de gordura corporal durante a gestação aumenta a probabilidade de inflamação no corpo da mãe e do feto, o que pode levar ao desenvolvimento de diabetes tipo 2 e obesidade na criança.

O texto não diz que uma pessoa que não pratica atividades físicas inevitavelmente desenvolverá depressão e ansiedade.

De fato, segundo o professor Miguel Bortolini, nos idosos, a perda de massa muscular – sobretudo nos membros inferiores – favorece o aparecimento de doenças relacionadas à demência.

Assim, a alternativa correta é a letra D, mantendo-se o gabarito.

Questão 04 – Gabarito mantido letra B.

Sobre a estrutura, gênero e tipologia textual, cabem as seguintes colocações - salientando que estrutura textual tem direta relação com o campo das ideias expostas em cada subdivisão do texto:

A introdução do texto apresenta o assunto central, porém não é o que expõe a assertiva I.

II - O texto não apresenta parágrafos constituídos por um único período.

III - O texto foi escrito com linguagem adequada à norma culta.

IV - Não há um apelo feito pelo pesquisador na conclusão do texto.

Assim, fica mantido o gabarito.

Questão 05 – Gabarito mantido letra D.

Sobre as aspas utilizadas no texto, esse recurso não marca discurso de narrador, e apenas poderia ser substituído por negrito em casos específicos, sem nenhuma implicação na composição de parágrafos. O uso de itálico também é restrito a situações isoladas, que não são as empregadas no texto para marcar o discurso direto expresso pelo professor. Logo, a única afirmativa correta é a IV.

Questão 06 – Gabarito mantido letra D.

O enunciado expressa claramente que devem ser consideradas “outras palavras” no que tange à flexão de número. Nesse caso, três palavras sofrem flexão na sentença, ficando mantido o gabarito.

Questão 07 – Gabarito mantido letra C.

Segundo a gramática normativa da Língua Portuguesa, a regência do verbo “acarretar” é Verbo Transitivo Direto (alternativa C). Nas demais afirmativas, os verbos apresentam regência correta.

Questão 08 – Gabarito mantido letra A.

Apenas as palavras exercícios e importância seguem a mesma regra de acentuação gráfica, visto que são paroxítonas terminadas em ditongo crescente. Nas demais alternativas, a acentuação das palavras segue regras distintas.

Questão 09 – Gabarito mantido letra E.

A preposição até, quando destituída do acento gráfico, torna-se o verbo ate (de atar). Não há outra possibilidade de transformação morfológica e semântica dentre as demais alternativas, ficando mantido o gabarito.

Questão 10 – Gabarito anulado.

Por apresentar uma frase fragmentada na alternativa B, não existe resposta correta, ficando anulado o gabarito preliminar.

LEGISLAÇÃO

Questão 11 – Gabarito mantido letra C.

A questão contempla o conteúdo programático “Lei Orgânica Municipal” presente no edital de abertura. A afirmativa II está incorreta, uma vez que, de acordo com o parágrafo único do Art. 100, da referida lei, as tarifas do serviço público são reajustáveis não exclusivamente quando se tornarem deficientes, mas também quando excedentes. Assim, estão corretas apenas as afirmativas I e III.

Questão 12 – Gabarito mantido letra C.

De acordo com o Art. 23 da normativa legal indicada no enunciado da questão, a única alternativa correta é “C”, razão pela qual o gabarito deve ser mantido.

Questão 13 – Gabarito mantido letra A.

A primeira e a terceira afirmativas são verdadeiras, de acordo com o caput e §2º do Art. 110 da LOM, respectivamente. A segunda afirmativa é falsa, consoante o §3º do Art. 110 da Lei Orgânica, que dispõe “A permissão de uso, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita, a título precário, por ato unilateral do Prefeito, através do Decreto.” Assim, fica mantido o gabarito.

Questão 14 – Gabarito mantido letra B.

Nos termos da legislação indicada no enunciado da questão, especificamente os Arts. 18, 19 e 20, a única afirmativa correta é a II. A afirmativa I está incorreta pois “O aproveitamento do servidor que se encontre em disponibilidade há mais de doze meses dependerá de prévia comprovação de capacidade física e mental por atestado médico.” A afirmativa III está incorreta pois “O retorno a atividade far-se-á mediante aproveitamento em cargo equivalente por sua natureza e com retribuição pecuniária não inferior àquele em que era titular.” Assim, fica mantido o gabarito preliminar.

Questão 15 – Gabarito mantido letra D.

O enunciado e, por conseguinte, a alternativa correta, estão de acordo com as disposições da Lei Municipal N.º 2.547/2005 (Art. 57, I), nos termos de suas atualizações, razão pela qual o gabarito deve ser mantido.

Questão 16 – Gabarito mantido letra A.

O enunciado da questão é extremamente claro em determinar a legislação a qual deve estar baseada sua resposta. Ademais, de acordo com a referida normativa, em seu Art. 64, a única alternativa correta é aquela indicada no gabarito, razão pela qual deve ser mantido.

Questão 17 – Gabarito anulado.

Considerando que a questão apresenta mais de uma alternativa passível de estar correta, quais sejam, alternativas “A”, “B” e “E, deve ser anulada.

Questão 18 – Gabarito mantido letra D.

O enunciado da questão, e por conseguinte, sua alternativa correta, estão em consonância com o Art. 21 da LOM, “A Câmara Municipal delibera com a presença, no mínimo, da maioria de seus membros, e as deliberações são tomadas por maioria de votos presentes, salvo os casos previstos nesta Lei Orgânica e no Regimento Interno”, razão pela qual o gabarito deve ser mantido.

Questão 19 – Gabarito mantido letra A.

O enunciado da questão, e por conseguinte, sua alternativa correta, estão em consonância com o Art. 55-A da LGPD, razão pela qual o gabarito deve ser mantido.

Questão 20 – Gabarito mantido letra D.

O enunciado da questão é claro no que se pede, estando em consonância com o Art. 15 da Lei de Acesso à Informação “No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 10 (dez) dias a contar da sua ciência”, razão pela qual o gabarito deve ser mantido.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS POR CARGO

ELETRICISTA

Questão 22 – Gabarito mantido letra C.

No edital, página 60, consta em Conhecimentos Específicos “Segurança em instalações e serviços em eletricidade (Norma Regulamentadora nº 10).” No item 10.2.2, 10.7.8, 10.8.4, 10.8.6, 10.8.8.1 e 10.14.2, da versão vigente da norma NR-10, de 2019, consta a responsabilidade da empresa quanto aos EPIs. No caso de Municípios, a legislação para o trabalhador consta no Estatuto do Servidos Público Municipal. Assim, fica mantido o gabarito.

SERVENTE

Questão 23 – Gabarito mantido letra C.

A afirmativa I – está incorreta – a orientação dos manuais de limpeza indica que as lixeiras devem ser esvaziadas e limpas sempre que atingirem 2/3 de sua capacidade e devem ser limpas periodicamente e não apenas no final do dia.

A afirmativa II – está correta – após esvaziadas as lixeiras devem ser lavadas.

A afirmativa III – está correta – as lixeiras devem ser providas de recipientes impermeáveis no seu interior, para conter derramamentos e sujidades.

Questão 28 – Gabarito mantido letra D.

Dentre as atividades do servente então a limpeza em geral, faxina e atividades afins, logo, o conhecimento sobre o correto uso dos produtos de limpeza é fundamental para a execução das atividades do cargo. Dessa forma, a questão aborda o conhecimento dos produtos de limpeza apresentados e solicita que se identifique seu uso correto. A imagem 01 apresenta Sapólio, que é utilizado como abrasivo para limpeza de painéis, bandejas e talheres. Importante esclarecer que o sapólio não tem propriedades desinfetantes, não tendo essa utilidade. A imagem 02 apresenta Brasso, que é utilizado como polidor de metais em geral. Assim, fica mantido o gabarito.

GUARDA

Questão 22 – Gabarito mantido letra D.

A afirmação I – está correta – Fogo de Classe A (em sólidos combustíveis) deve ser combatido com extintor de água.

A afirmação II – está incorreta – Fogo de classe B (em líquidos inflamáveis) deve ser combatido com extintor de pó químico seco ou espuma.

A afirmativa III – está correta – Fogo classe C (em equipamentos energizados) deve ser combatido com extintor de CO₂.

Assim, fica mantido o gabarito preliminar.

Questão 26 – Gabarito mantido letra B.

De acordo com a especificação técnica e recomendações de uso, o HORODATOR tem a função de certificação de horário e data (dia/mês/ano), registrando de forma precisa, nos documentos, a ocorrência dos eventos diversos que podem ser controlados. Trata-se de um equipamento de larga utilização em serviços de Guarda/Vigilância/controle. Assim, fica mantido o gabarito.

Questão 28 – Gabarito mantido letra B.

A imagem 01 apresenta um dispositivo de aspersão de água fixo, para combate a incêndio, cujo acionamento é automático denominado sprinkler.

A imagem 02 apresenta um requinte de sistema de combate a incêndio do tipo hidrante e que tem o nome de esguicho neblina.

Assim, fica mantido o gabarito.

AGENTE ADMINISTRATIVO

Questão 24 – Gabarito mantido letra A.

A alternativa “A” está correta, pois a Direção é a única função que lida intrinsecamente com o fator humano e o relacionamento interpessoal. Seu foco é a Liderança, Comunicação e Motivação para a execução dos planos.

A alternativa “B” está incorreta, pois o Planejamento Tático é do nível intermediário (Gerências) e o Planejamento Estratégico é do topo. O detalhamento e a rigidez em rotinas pertencem ao Planejamento Operacional.

A alternativa “C” está incorreta, pois a Centralização não é uma exigência obrigatória; é uma escolha estratégica. Muitas organizações utilizam a Descentralização para aumentar a agilidade e a adaptabilidade.

A alternativa “D” está incorreta, pois a sequência lógica (e correta) do Controle é: 1. Estabelecimento de Padrões; 2. Medição do Desempenho (coleta de dados); 3. Comparação (Identificação do desvio). A ordem apresentada está incorreta.

A alternativa “E” está incorreta, pois Metas Estratégicas devem ser, prioritariamente, Mensuráveis (quantificáveis) para que o Controle seja eficaz. A afirmação de que devem ser primariamente não quantificáveis está em contradição com o conceito de gestão por resultados.

Questão 25 – Gabarito mantido letra C.

A alternativa “A” está incorreta, pois o Arquivo Intermediário (Fase 2 do ciclo vital) ainda possui documentos com Valor Primário (administrativo, fiscal, legal, probatório), porém com uso infrequente. O documento só perde o Valor Primário após o fim do seu prazo de guarda nesta fase. Além disso, o prazo é contado do encerramento do processo, e não da criação.

A alternativa “B” está incorreta, pois a CPAD possui caráter técnico-normativo e sua principal função é justamente avaliar e definir os prazos de guarda e a destinação final, considerando o valor primário e consultando o valor secundário (histórico). Sua competência não é restrita à logística.

A alternativa “C” está correta, pois esta é a descrição precisa da finalidade da TTD: definir as duas únicas destinações finais. A Eliminação é um ato administrativo solene que exige a chancela da CPAD e a publicidade via Edital (ou Termo), garantindo o controle técnico e a transparência do processo arquivístico.

A alternativa “D” está incorreta, pois a Arquivologia moderna e a legislação estabelecem que os princípios de eliminação se aplicam a documentos em qualquer formato (papel ou digital), desde que a TTD tenha sido aplicada corretamente e o prazo de guarda tenha expirado.

A alternativa “E” está incorreta, pois o termo de Eliminação é obrigatório para formalizar a destruição da massa documental. A transferência para o Intermediário não é automática, mas um ato formal de recolhimento periódico, e os documentos ali presentes ainda têm valor (Primário) em potencial.

Importante destacar que os autores foram utilizados a fim de fundamentar o conceito apresentado, introduzindo breve explicação sobre o tema. O Princípio da Vinculação ao Edital é plenamente respeitado na medida em que a resolução da questão exige conhecimentos sobre Ciclo de Vida Documental, Destinação Final e Tabelas de Temporalidade, temas estes integrantes do conteúdo programático expresso

em edital “Noções de arquivologia. Classificação, arquivamento e ordenação de documentos. Tabelas de temporalidade.” A ausência de uma bibliografia exaustiva no edital não veda a utilização de doutrina clássica para embasar as questões, desde que o tema central esteja previsto. Dessa forma, não incorre irregularidade em seu uso, ficando mantido o gabarito.

Questão 26 – Gabarito mantido letra A.

A afirmativa I está correta, pois a Presunção de Legitimidade confere ao ato a fé pública e a legalidade até prova em contrário. É a base da Execução Imediata (Autoexecutoriedade) e da exigibilidade do ato, que, embora possa ser suspensa por ordem judicial, não depende de prévia aprovação judicial para produzir efeitos.

A afirmativa II está incorreta, pois a transferência de serviço e titularidade para uma Pessoa Jurídica distinta (Empresa Pública, Autarquia) é a definição de Descentralização. A Desconcentração é a distribuição de competências entre órgãos internos (sem nova PJ) para melhorar a eficiência.

A afirmativa III está incorreta, pois o uso do termo “caráter absoluto” e “não admitindo exceções” torna a afirmativa falsa. A CF/88 (art. 5º, XXXIII e art. 37, caput) expressamente prevê exceções à publicidade nos casos em que a divulgação possa comprometer a segurança da sociedade e do Estado ou a intimidade/privacidade das pessoas.

Importante destacar que os autores foram utilizados a fim de fundamentar o conceito apresentado, introduzindo breve explicação sobre o tema. O Princípio da Vinculação ao Edital é plenamente respeitado na medida em que a resolução da questão exige conhecimentos sobre o direito administrativo e a estrutura da administração pública, temas estes integrantes do conteúdo programático expresso em edital “Noções de Direito Administrativo: estrutura e princípios da Administração Pública e ato administrativo.” A ausência de uma bibliografia exaustiva no edital não veda a utilização de doutrina clássica para embasar as questões, desde que o tema central esteja previsto. Dessa forma, não incorre irregularidade em seu uso, ficando mantido o gabarito.

Questão 27 – Gabarito mantido letra D.

A alternativa “A” está correta, pois a Contabilidade Orçamentária utiliza o Regime de Competência (registro do Empenho); a Contabilidade Financeira (caixa) utiliza o Regime de Caixa (registro do Pagamento). Distinção crucial na Administração Pública.

A alternativa “B” está incorreta, pois O Empenho Estimativo (para despesas não fixáveis, como serviços públicos essenciais) é o único que admite reforço (suplementação) e anulação, justamente pela incerteza do montante (Lei Nº. 4.320/64).

A alternativa “C” está correta, pois a Liquidação (fase 2 do EFE) é a etapa de verificação do direito adquirido pelo credor. É a certificação de que o serviço foi prestado ou o bem foi entregue, sendo o pressuposto legal para o Pagamento.

A alternativa “D” está incorreta, pois as classificações estão invertidas: Correntes são para custeio/manutenção (salários, material de consumo). Capital são para a formação de bens de capital (Investimentos) e amortização da dívida.

A alternativa “E” está incorreta, pois as despesas que passaram pela Liquidação devem ser inscritas em Restos a Pagar Processados (obrigação reconhecida). Apenas as despesas não liquidadas (e, portanto, com maior incerteza sobre a obrigação) podem ser canceladas e não inscritas (Restos a Pagar Não Processados), de acordo com a Lei Nº. 4.320/64.

Importante destacar que os autores foram utilizados a fim de fundamentar o conceito apresentado, introduzindo breve explicação sobre o tema. O Princípio da Vinculação ao Edital é plenamente respeitado na medida em que a resolução da questão exige conhecimentos sobre os fundamentos de Despesa Pública e suas Fases de Execução temas estes integrantes do conteúdo programático expresso em edital “Despesas públicas: classificação, empenho, liquidação e pagamento.” A ausência de uma bibliografia exaustiva no edital não veda a utilização de doutrina clássica para embasar as questões, desde que o tema central esteja previsto. Dessa forma, não incorre irregularidade em seu uso, ficando mantido o gabarito.

Questão 29 – Gabarito mantido letra C.

A afirmativa I está correta, pois estes são deveres éticos essenciais que protegem o cidadão e garantem que o servidor atue com Impessoalidade e Respeito às leis, usando as informações apenas para o fim público.

A afirmativa II está correta, pois a assertividade é a comunicação eficaz e ética. Ela é o meio-termo ideal nas relações, permitindo a expressão franca, mas respeitosa, dos limites e das informações da instituição (Almeida, 2020).

A afirmativa III está incorreta, pois a gestão das Expectativas é uma técnica fundamental para a Qualidade, visando alinhar o que o cliente espera ao que o serviço pode realisticamente oferecer. A ideia de que a expectativa deve ser sempre máxima e ideal é conceitualmente incorreta, pois leva inevitavelmente à insatisfação (a Lacuna de Serviço).

AUXILIAR TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO

Questão 23 – Gabarito mantido letra A.

A Lei Orgânica Municipal é expressa no enunciado, sendo base para resolução da questão. De acordo com artigo 57 da LOM, a alternativa A apresenta a redação da legislação correta. Assim, fica mantido o gabarito.

TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Questão 24 – Gabarito mantido letra C.

Em atenção ao recurso interposto, procede-se à análise da Questão 24, que aborda os princípios e diretrizes da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (PNPIC), instituída pela Portaria GM/MS nº 971/2006.

Após reavaliação do enunciado e das alternativas, verifica-se que a alternativa C permanece correta e compatível com o texto normativo da PNPIC. A referida política estabelece que as Práticas Integrativas e Complementares fundamentam-se em uma abordagem integral do cuidado, com visão ampliada do processo saúde-doença e ênfase na promoção da saúde, sendo a Atenção Primária à Saúde (APS) o principal e prioritário espaço para sua implementação no SUS. Destaca-se que o uso do termo “recomendadas especialmente na Atenção Primária à Saúde” não descaracteriza o caráter prioritário da APS, tampouco contraria a Portaria GM/MS nº 971/2006, uma vez que a política orienta e incentiva a implantação das PICS nesse nível de atenção, respeitando os princípios da descentralização, da autonomia dos entes federativos e do planejamento local. Ressalta-se, ainda, que a PNPIC não impõe obrigatoriedade absoluta de implantação, mas estabelece diretrizes para organização da oferta conforme capacidade técnica, estrutura e decisão dos gestores, o que torna adequada a redação adotada na alternativa C.

As demais alternativas apresentam afirmações que contrariam diretamente o texto normativo, seja ao restringir as PICS ao nível especializado, excluir práticas reconhecidas, impor obrigatoriedade indiscriminada ou desconsiderar a autonomia municipal. Dessa forma, mantém-se o gabarito oficial da alternativa C.

Questão 26 – Gabarito mantido letra D.

A alternativa D atende aos princípios de segurança do paciente porque orienta que, diante de qualquer dúvida quanto ao preparo ou à velocidade de infusão do medicamento, o técnico de enfermagem deve interromper o procedimento e buscar orientação do enfermeiro responsável. Essa conduta está de acordo com os princípios da não maleficência, da responsabilidade profissional e da atuação sob supervisão, prevenindo erros de medicação e eventos adversos, conforme normas legais e protocolos de segurança do paciente.

Questão 28 – Gabarito mantido letra C.

Em atenção ao recurso interposto, procede-se à análise da Questão 28, que trata do uso do e-SUS Atenção Básica (e-SUS AB) e do Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC) no âmbito da Estratégia Saúde da Família. Após reavaliação do enunciado e das alternativas apresentadas, verifica-se que não há equivalência de sentido entre as alternativas B e C, uma vez que:

A alternativa B afirma que o e-SUS AB é utilizado exclusivamente para envio de produção mensal, desconsiderando o registro detalhado das ações realizadas, o que contraria os manuais e normativas do Ministério da Saúde, que estabelecem o e-SUS AB como instrumento de registro clínico e assistencial detalhado.

A alternativa C, por sua vez, está em conformidade com a normativa vigente ao afirmar que os dados registrados pelos profissionais no PEC alimentam automaticamente o Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB), sendo esta a finalidade principal do sistema.

Dessa forma, mantém-se o gabarito oficial da alternativa C, indeferindo-se o recurso interposto.

Questão 29 – Gabarito mantido letra D.

Em atenção ao recurso interposto, procede-se à análise da questão que aborda os cuidados de enfermagem com sondas, drenos e cateteres no ambiente hospitalar.

A alternativa D afirma que “o sistema de drenagem deve permanecer sempre abaixo do nível da inserção para evitar refluxo e risco de infecção”. Embora o termo “sempre” seja utilizado, observa-se que, no contexto da questão, o enunciado refere-se aos princípios gerais de segurança aplicáveis aos sistemas de drenagem dependentes da gravidade, amplamente difundidos nos protocolos assistenciais de enfermagem.

De forma geral, manter o sistema de drenagem abaixo do nível da inserção é uma medida fundamental para prevenir refluxo do conteúdo drenado, reduzir o risco de contaminação ascendente e evitar complicações infecciosas, sendo essa orientação rotineiramente aplicada à prática assistencial do técnico de enfermagem. As demais alternativas apresentam condutas claramente incorretas ou contrárias às boas práticas, como manipulação indevida de cateteres, esvaziamento inadequado de coletores e realização de procedimentos sem prescrição, o que reforça a adequação técnica da alternativa D dentro do escopo da questão proposta. Ressalta-se que a prova avalia o conhecimento geral e seguro da prática profissional, não contemplando exceções clínicas específicas que dependem de prescrição individualizada ou de tipos especiais de drenos. Dessa forma, mantém-se o gabarito oficial da alternativa D, indeferindo-se o recurso interposto.

ARQUITETO

Questão 21 – Gabarito mantido letra E.

A questão teve como referência o livro KRIPKA, M. Análise estrutural para engenharia civil e arquitetura. São Paulo: Oficina de Textos, 2020. Na seção 13 da publicação digital o autor apresenta ilustração das três treliças Pratt, Warren e Howe referenciadas na questão 21. Não há necessidade de especificação do carregamento, nem se a treliça é utilizada como cobertura ou ponte. A diferença entre as três treliças apresentadas consiste sobretudo na posição e direção dos banzos diagonais e existência ou não de montantes verticais. Assim, a questão é clara no que se pede, ficando mantido o gabarito.

Questão 27 – Gabarito mantido letra B.

A questão é baseada no conteúdo “Informática aplicada à arquitetura e urbanismo: AutoCAD, Revit, SketchUp.”, apresentada no Edital do Concurso. Acessando-se o Extension Warehouse do **Sketchup** é feito o download do arquivo de plugin para sua instalação, com extensão .rbz, desenvolvido em Ruby Script, que é uma linguagem que permite a programação do SketchUp. Uma vez salvo o arquivo com extensão .rbz é feita a instalação com o recurso Gerenciador de Extensões. As outras alternativas apresentadas são, respectivamente: .lsp, AutoLISP (AutoCAD); .dyn, Dynamo (Revit); .py, Python; .gah, não é um formato padrão de plugins do SketchUp.

COORDENADOR DOS CONSELHOS MUNICIPAIS

Questão 22 – Gabarito mantido letra E.

A primeira afirmativa é verdadeira, pois a classificação em correntes e de capital é a estrutura fundamental da Receita Pública. A descrição dos componentes está correta.

A segunda afirmativa é verdadeira, pois as Receitas Extraorçamentárias (cauções, consignações, depósitos de terceiros) têm caráter transitório, não pertencem ao Tesouro e, portanto, não se sujeitam à autorização da LOA.

A terceira afirmativa é falsa, a Lei 4.320/64 (Art. 60) expressamente permite as três modalidades de empenho: ordinário, estimativo e global. A afirmação de que o global é vedado é o ponto de erro do item.

A quarta afirmativa é falsa, pois as Receitas Derivadas vêm do poder coercitivo (tributos/impostos), enquanto as Receitas Originárias vêm da exploração econômica do patrimônio (tarifas, aluguéis). A afirmativa inverteu os conceitos doutrinários.

A quinta afirmativa é verdadeira, pois o Princípio da Universalidade (Art. 165, §5º, CF/88; Art. 2º, Lei 4.320/64), a LOA deve conter todas as receitas e despesas orçamentárias. Isso separa o Orçamento da Gestão Financeira, pois fluxos extraorçamentários são passivos de terceiros e não integram o patrimônio público. Tal segregação técnica garante a fidedignidade e transparência, blindando o planejamento fiscal contra variações de caixa de terceiros. Assim, a sequência V-V-F-F-V é contemplada pela alternativa E, ficando mantido o gabarito.

Questão 23 – Gabarito mantido letra D.

A alternativa “A” está incorreta, pois o prazo prescricional foi fixado em oito anos, e não em dez. Além disso, a regra é de aplicação imediata, mas a retroatividade de normas sancionatórias mais benéficas aplica-se aos fatos anteriores. Incorreta quanto ao prazo.

A alternativa “B” está incorreta, pois o ANPC só pode ser celebrado até a sentença e o seu termo final é a apresentação da contestação, salvo se for para a reparação integral do dano. A afirmação é juridicamente imprecisa quanto ao rito.

A alternativa “C” está incorreta, pois a sanção recai sobre qualquer vínculo com o Poder Público na data do trânsito em julgado da sentença condenatória, e não apenas o cargo da época.

A alternativa “D” está correta, pois esta é a essência da reforma. O § 3º do Art. 1º e a nova redação dos Art. 10 e 11 exigem o dolo específico, afastando a punição por culpa ou inobservância de formalidades. A afirmação é o conceito legalmente mais preciso da reforma.

A alternativa “E” está incorreta, pois a Lei 14.230/2021 agora exige a prova do risco de dilapidação (Art. 16, §3º), acabando com o “perigo presumido”. O erro da alternativa é omitir que a indisponibilidade deve excluir o valor da multa civil (Art. 16, §10), incidindo apenas sobre o dano real. Além disso, o bloqueio deve observar a ordem de preferência do Art. 835 do CPC, não sendo uma medida genérica de “bloqueio total”. Assim, fica mantido o gabarito.

Questão 25 – Gabarito alterado para letra E.

A afirmativa I está correta, pois conforme o Art. 29, XIII da CF/88 e o Art. 48, §2º da Lei Orgânica Municipal, que fixam o quórum de 5%.

A afirmativa II está correta, pois a maioria simples (metade mais um dos presentes, respeitado o quórum de abertura de maioria absoluta) é o quórum padrão para aprovação de leis ordinárias. A análise prévia das CCJs é obrigatória para filtragem da constitucionalidade e legalidade do projeto. Ademais, a Lei Orgânica Municipal reitera a condição apresentada.

A afirmativa III está correta, pois os fundamentos do veto são taxativos na Constituição Federal e aplicáveis ao Município: inconstitucionalidade (vício jurídico) ou contrariedade ao interesse público (vício de mérito). Importante esclarecer que o fato de o trecho não apresentar transcrição *ipsis litteris* do texto legal não torna a assertiva incorreta, tampouco induz à erro. Dessa forma, o gabarito merece ser alterado para letra E.

Questão 28 – Gabarito mantido letra E.

A primeira assertiva é falsa, pois o Art. 71 da Lei 4.320/64 exige lei para instituir o Fundo. No entanto, a própria lei que o institui (e não o Fundo em si) deve definir as receitas e a aplicação. A parte que torna a afirmativa FALSA é a segunda: o Art. 72 da Lei 4.320/64 permite que a gestão contábil, entre outros detalhes, seja definida por Decreto.

A segunda assertiva é verdadeira, pois os saldos dos Fundos Especiais ao final do exercício financeiro constituem superávit financeiro da fonte vinculada e são reabertos no exercício seguinte por meio de Crédito Adicional Especial (ou Suplementar), não sendo incorporados ao Tesouro, conforme o Art. 43, § 1º, I da Lei 4.320/64.

A terceira assertiva é falsa, pois o Princípio da Unidade e da Universalidade (CF/88, Art. 165) exige que todos os Fundos Especiais sejam obrigatoriamente incluídos na Lei Orçamentária Anual (LOA). Sua inclusão é uma regra do sistema, não uma mitigação.

A quarta assertiva é verdadeira, pois a transferência voluntária (diferente da constitucional) é condicionada à adimplência e ao cumprimento de requisitos fiscais, sendo a comprovação da aplicação mínima em saúde e educação um requisito essencial para a sua validade (CF/88; LRF).

A quinta assertiva é verdadeira, pois embora sejam vinculados ao ente recebedor, uma vez recebidos, esses recursos não podem ter destinação específica (serem afetados a uma despesa) pela lei local, exceto para o cumprimento das vinculações constitucionais obrigatórias de Saúde e Educação (CF/88, Art. 167, IV).

Questão 30 – Gabarito mantido letra A.

A primeira afirmativa é falsa, pois o Princípio da Exclusividade proíbe que a LOA contenha matéria estranha à fixação da despesa e previsão da receita. O PPA tem a natureza de planejamento estratégico de médio prazo (metas), e a LOA detalha as despesas anuais (orçamento). A LOA não precisa conter o detalhamento de todas as ações do PPA, apenas aquelas que serão executadas no exercício.

A segunda afirmativa é verdadeira, pois o dispositivo constitucional define exatamente essas funções para a LDO: metas e prioridades, regras tributárias e política de aplicação de recursos de agências oficiais de fomento (entre outras).

A terceira afirmativa é falsa, pois o PPA tem vigência de quatro anos, iniciando no segundo ano do mandato e terminando no primeiro ano do mandato subsequente (Regra do PPA 2024-2027). O envio é constitucionalmente previsto para quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício (31 de agosto).

A quarta afirmativa é verdadeira, pois a Lei exige a prévia indicação dos recursos orçamentários, e a sua compatibilidade com o PPA e a LOA é requisito fundamental do planejamento da contratação. A afirmativa está blindada pela Lei.

A quinta afirmativa é verdadeira, pois o inciso IV proíbe a vinculação, mas as exceções para repartição de receita, a garantia de operações de crédito e, notadamente, as receitas destinadas à manutenção e desenvolvimento do ensino e às ações e serviços públicos de saúde são exceções expressas e taxativas na CF/88.

ENGENHEIRO AGRÔNOMO

Questão 26 – Gabarito mantido letra E.

Conforme a literatura especializada de AMORIM, L.; REZENDE, J. A. M.; BERGAMIN FILHO, A. (Eds.). Manual de Fitopatologia: Princípios e Conceitos. Vol.1, 5ª. ed. Ouro Fino: Agronômica Ceres, 2018. 573 p. “A colonização é a expressão da fase parasítica do agente patogênico, representada pela retirada de nutrientes do hospedeiro.” [...] “Durante a colonização, estes patógenos, exceção feita aos fungos causadores de carvões, extraem seu alimento de células vivas com o auxílio de estruturas especializadas, denominadas haustórios”. E ainda, “Os haustórios são estruturas especializadas não apenas em retirar nutrientes das células hospedeiras, mas também produzir e transportar efetores para essas células”. Os haustórios são estruturas especializadas existentes para permitirem a nutrição do patógeno, portanto, devem estar associadas à fase de colonização. Portanto, a relação entre colunas corresponde à sequência 3-1-5-2-4, presente na alternativa “E”, ficando mantido o gabarito.

ENGENHEIRO CIVIL

Questão 25 – Gabarito mantido letra E.

I - NBR 9575 item 3.4. a água de percolação é aquela que atua sobre superfícies, não exercendo pressão hidrostática superior a 1 kPa

II – NBR 10884 - 5.1.2 O período de retorno deve ser fixado segundo as características da área a ser drenada, obedecendo ao estabelecido a seguir:

T = 1 ano, para áreas pavimentadas, onde empoçamentos possam ser tolerados;

T = 5 anos, para coberturas e/ou terraços;

T = 25 anos, para coberturas e áreas onde empoçamento ou extravasamento não possa ser tolerado

III - A declividade mínima de 0,5% é um requisito comum em projetos de drenagem pluvial para lajes e condutores horizontais, conforme a NBR 10844 (ABNT).

Assim, fica mantido o gabarito.

Questão 26 – Gabarito mantido letra A.

O enunciado solicita informações sobre a colocação de vergas em obras de engenharia. De acordo com a NBR 8545, item 4.3 - Vergas e contra vergas, as vergas devem ser de concreto armado, com altura mínima de 10cm e ultrapassar, para cada lado da abertura 20cm. Assim, apenas a alternativa A está correta, ficando mantido o gabarito.

FARMACÊUTICO

Questão 26 – Gabarito mantido letra E.

A questão solicita a identificação de uma responsabilidade expressamente atribuída ao Responsável Legal conforme a RDC nº 44/2009. Ao contrário do que sustenta a argumentação do recurso, a referida norma não se limita a definições administrativas, possuindo uma seção dedicada exclusivamente às responsabilidades e atribuições.

A alternativa "A" está incorreta porque a dispensação de medicamentos controlados é uma atividade de natureza técnica, vinculada às atribuições do farmacêutico responsável técnico e às normas específicas dos conselhos profissionais.

Alternativa B (Organizar o refeitório): Está incorreta porque a norma apenas menciona no Artigo 11 que o refeitório, quando existente, deve estar separado dos demais ambientes, mas não elenca sua organização como uma atribuição do Responsável Legal no Artigo 23.

Alternativa C (Promover a divulgação de informações): Está incorreta pois, embora o Artigo 23, inciso III mencione que cabe ao responsável legal "assegurar as condições necessárias à promoção do uso racional", a divulgação técnica de informações de saúde é uma atividade profissional/farmacêutica e não uma atribuição administrativa "expressa" conforme a lista do artigo citado.

Alternativa D (Acompanhar e orientar os pacientes): Está incorreta porque a orientação técnica e o acompanhamento são serviços farmacêuticos e deveres do profissional, conforme os Artigos 42, 58 e 63, que garantem ao usuário o direito à orientação pelo farmacêutico.

Alternativa E (Prover recursos): É a correta e está localizada literalmente no Artigo 23, inciso I, que afirma ser atribuição do responsável legal "prover os recursos financeiros, humanos e materiais necessários ao funcionamento do estabelecimento".

FISCAL TRIBUTÁRIO

Questão 21 – Gabarito mantido letra C.

Conforme MCASP, item 4.2.4.5, da Parte I do Manual, item 73, a Correção Monetária é considerada uma Despesa Orçamentária. Assim, fica mantido o gabarito preliminar.

Questão 24 – Gabarito mantido letra B.

Conforme item A14, da NBC TA 500 (R1), a evidência de auditoria para a obtenção de conclusões para fundamentar a opinião do auditor é conseguida pela execução de: (a) procedimentos de avaliação de riscos; e (b) procedimentos adicionais de auditoria, que abrangem: (i) testes de controles, quando exigidos pelas normas de auditoria ou quando o auditor assim escolheu; e (ii) procedimentos substantivos, inclusive testes de detalhes e procedimentos analíticos substantivos. Assim, a sequência de preenchimento dos parênteses corresponde alternativa "B" (F-V-V-F-F), ficando mantido o gabarito preliminar.

Questão 29 – Gabarito anulado.

A questão aborda texto revogado, dessa forma, merece ser anulada.

FISIOTERAPEUTA

Questão 26 – Gabarito mantido letra D.

Segundo Powers, Scott K. Fisiologia do exercício: teoria e aplicação ao condicionamento e ao desempenho I Scott K. Powers, Edward T. Howley. - 8. ed. - Barueri : Manole, 2014, Exigem três mecanismos principais regulam o retorno venoso durante o exercício: (1) a constrição das veias (venoconstrição); (2) a ação de bombeamento da musculatura esquelética em contração (denominada bomba muscular); e (3) a ação bombeadora do sistema respiratório (difusão respiratória).

"Difusão respiratória. O padrão rítmico da respiração também atua como bomba mecânica, através da qual o retorno venoso é promovido. A difusão respiratória atua como descrito a seguir. Durante a inspiração, a pressão junto ao tórax diminui e a pressão abdominal aumenta. Isso cria um fluxo de sangue venoso oriundo da região abdominal para dentro do tórax, provendo, assim, o retorno venoso. Embora a respiração calma (em repouso) auxilie o retorno venoso, o papel da difusão respiratória é intensificado durante o exercício, em razão da maior frequência e profundidade respiratórias.

Dessa forma, fica mantido o gabarito.

Questão 30 – Gabarito mantido letra D.

A alternativa se refere à posição limitada em flexão-adução, decorrente do espasmo muscular ou mesmo da presença de deformidades ósseas, podendo restringir movimentos de rotação interna, abdução e flexão: “No exame clínico articular, haverá maior ou menor restrição dos movimentos de rotação interna, abdução e flexão. A limitação da flexão em adução é considerada sinal precoce de acometimento inflamatório do quadril, mesmo antes que os demais movimentos sejam afetados. No quadril normal fletido, o joelho cairá em direção à face lateral da coxa oposta, angulando-se entre 30 e 40°.”

“O quadril que apresenta contratura intensa dos adutores ao movimento de abdução e o que faz a flexão seguida automaticamente de abdução (contratura em abdução) têm prognóstico desfavorável, tanto quanto o quadril com restrição global da mobilidade articular.”

Referência: Ortopedia e traumatologia : princípios e prática [recurso eletrônico] / [Organizadores] Sizínio K. Hebert ... [et al.]. – 5. ed. – Porto Alegre : Artmed, 2017.

MÉDICO CLÍNICO GERAL

Questão 28 – Gabarito mantido letra C.

Analisando as afirmações temos:

- I – Afirmação está correta, pois em idosos a depressão é mais frequente entre aqueles com condições como hipertensão, diabetes, sequelas de AVC, infarto e câncer.
 - II – Afirmação está correta, pois as evidências atuais indicam que todos os IRSS, com exceção da Paroxetina, são igualmente seguros na gestação.
 - III – Afirmativa está incorreta, pois ter diagnóstico de transtorno mental é um forte preditor de suicídio.
- Assim, fica mantido o gabarito.

Questão 29 – Gabarito anulado.

A assertiva I apresenta ambiguidade que pode induzir o candidato a erro. Assim, o gabarito será anulado.

Questão 30 – Gabarito mantido letra E.

O enunciado da questão solicita que seja indicada a alternativa incorreta. Analisando as alternativas temos: A alternativa “A” está correta, pois o estudo HYVET com pacientes hipertensos, com 80 anos ou mais de idade, demonstrou a redução da mortalidade por qualquer causa com tratamento baseado em diurético.

A alternativa “B” está correta, pois a meta terapêutica de TA deve ser a mesma para idosos e adultos jovens.

A alternativa “C” está correta, pois o estudo SPRINT-MIND demonstrou redução de incidência do déficit cognitivo leve e demência com tratamento anti-hipertensivo otimizado em idosos.

A alternativa “D” está correta, pois o estudo HYVET evidenciou redução na incidência de insuficiência cardíaca com tratamento anti-hipertensivo otimizado nos idosos.

A alternativa “E” está incorreta, pois o estudo SPRINT evidenciou redução em mais de 30% na mortalidade por qualquer causa, enquanto traumas por queda ocorreram em 4,9% dos pacientes tratados intensivamente e 5,5% dos tratados com alvo de PA mais elevado. Portanto, os benefícios (redução de mortalidade por qualquer causa) superam os riscos de quedas e traumas, portanto não contraindica o tratamento anti-hipertensivo intensivo em pacientes idosos.

Assim, fica mantido o gabarito.

NUTRICIONISTA

Questão 22 – Gabarito mantido letra E.

Conforme as orientações do Ministério da Saúde, em seu documento “Orientações para avaliação de marcadores de consumo alimentar na atenção básica / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015.”

Os formulários para avaliação de marcadores de consumo alimentar propõem a investigação dos alimentos consumidos no dia anterior, o que contribui para a redução de possíveis vieses de memória, como o esquecimento em relação à alimentação realizada. Além disso, as questões permitem que qualquer profissional da equipe de Atenção Básica realize, de forma contínua, a avaliação dos marcadores e a recomendação de práticas alimentares adequadas e saudáveis. Estão disponíveis três formulários: um destinado a crianças menores de seis meses; outro para crianças de seis a 23 meses e 29 dias de idade; e um terceiro para crianças com dois anos de idade ou mais, adolescentes, adultos, idosos e gestantes.

O formulário voltado à avaliação das práticas alimentares de crianças foi baseado no documento Indicators for Assessing Infant and Young Child Feeding Practices, publicado pela Organização Mundial da Saúde (WHO, 2010).

- Para crianças com dois anos ou mais, adolescentes, adultos, idosos e gestantes, o bloco de questões contempla marcadores de consumo alimentar construídos com base na nova proposta do Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014b).
- Para crianças de 2 a 9 anos, adolescentes, adultos, idosos e gestantes, são considerados os seguintes indicadores: Hábito de realizar, no mínimo, três refeições principais ao dia; Hábito de realizar as refeições assistindo à televisão; Consumo de feijão; Consumo de frutas; Consumo de verduras e legumes; Consumo de hambúrguer e/ou embutidos; Consumo de bebidas adoçadas; Consumo de macarrão instantâneo, salgadinhos de pacote ou biscoitos salgados; Consumo de biscoitos recheados, doces ou guloseimas.
- A diversidade alimentar mínima é um indicador utilizado para as seguintes faixas etárias: 6 a 6 meses e 29 dias; 7 a 8 meses e 29 dias; e 6 a 8 meses e 29 dias.
- O consumo de alimentos ricos em ferro é um indicador aplicado às seguintes faixas etárias: 6 a 6 meses e 29 dias; 7 a 11 meses e 29 dias; 12 a 17 meses e 29 dias; 18 a 23 meses e 29 dias; e, de forma agregada, de 6 a 23 meses e 29 dias.

Dessa forma, a afirmação I está correta, ao abordar a realização de pelo menos três refeições principais ao dia e o consumo regular de feijão, ambos reconhecidos como marcadores de alimentação adequada e saudável para a população idosa.

A afirmação III também está correta, uma vez que o consumo de hambúrgueres, produtos embutidos, biscoitos salgados, biscoitos recheados, doces ou guloseimas constitui marcador de consumo alimentar negativo, amplamente utilizado na avaliação de indivíduos com dois anos ou mais, incluindo idosos.

Por outro lado, a afirmação II está incorreta no contexto da população idosa. Os indicadores “ingestão de alimentos fontes de ferro” e “garantia de diversidade alimentar mínima” são específicos para a avaliação das práticas alimentares de lactentes e crianças menores de dois anos, conforme recomendações do Ministério da Saúde, não sendo aplicáveis à avaliação do consumo alimentar de idosos.

Diante do exposto, conclui-se que estão corretas apenas as afirmações I e III, mantendo-se a alternativa E como resposta adequada à questão.

Questão 26 – Gabarito mantido letra C.

De acordo com o regramento disponível pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), conforme expresso no enunciado:

Alternativa A é Incorreta. Conforme o art. 18, §1º, inciso I, da Resolução FNDE nº 6/2020, com redação dada pela Resolução nº 20/2020, nas unidades escolares que ofertam alimentação escolar em período parcial, a obrigatoriedade é de frutas in natura em, no mínimo, dois dias por semana, e não três dias, como afirma a alternativa.

Alternativa B é Incorreta. De acordo com o art. 18, §2º, inciso I, para unidades escolares que ofertam alimentação escolar em período integral, é obrigatória a oferta de frutas in natura em, no mínimo, quatro dias por semana, tornando incorreta a frequência indicada na alternativa.

Alternativa C é Correta. Nos termos do art. 18, §1º, inciso II, da Resolução FNDE nº 6/2020, com alterações da Resolução nº 20/2020, as unidades escolares que ofertam alimentação escolar em período parcial devem ofertar legumes e verduras em, no mínimo, três dias por semana, exatamente como descrito na alternativa. Alternativa D é Incorreta. O art. 18, §2º, inciso II, estabelece que, nas unidades escolares em período integral, a oferta mínima de legumes e verduras deve ocorrer em cinco dias por semana, e não em três dias, como indicado na alternativa.

Alternativa E é Incorreta. Conforme o art. 18, §4º, é obrigatória a inclusão de alimentos fonte de ferro heme em, no mínimo, quatro dias por semana, além da exigência de facilitadores de absorção quando se tratar de ferro não heme, o que diverge da frequência apresentada na alternativa.

ODONTÓLOGO

Questão 22 – Gabarito mantido letra C.

Segue a justificativa de alternativas, segundo HUPP, James R.; III, Edward E.; TUCKER, Myron R. (2021):

Alternativa A é incorreta pois Reposicionamento manual imediato → O reposicionamento imediato é citado em outros tipos de deslocamento dentário (como extrusão ou luxação lateral), mas não é indicado no texto como medida para prevenir anquilose na intrusão.

Alternativa B é incorreta pois Esplintagem prolongada após o trauma → O texto afirma que estabilizações rígidas ou prolongadas aumentam a reabsorção radicular e não são recomendadas, portanto não previnem anquilose.

Alternativa C é correta pois Aplicação precoce de força ortodôntica → O texto destaca que a aplicação imediata da força ortodôntica é necessária justamente para evitar a anquilose em dentes intruídos.

Alternativa D é incorreta pois Período inicial de observação clínica → A observação é mencionada para dentes decíduos que não tocam o sucessor, mas não está relacionada à prevenção de anquilose em dentes permanentes intruídos.

Alternativa E é incorreta pois Uso isolado de irrigação com soro fisiológico → A irrigação com soro é citada em reimplantes de dentes avulsionados, não como conduta para intrusão nem como método para evitar anquilose.

Questão 23 – Gabarito alterado para letra B.

Segue a justificativa de alternativas, segundo FILHO, Antonio Miranda da C. (2021):

Alternativa A é incorreta pois Dor provocada por estímulo frio, de curta duração → Caracteriza resposta mediada por fibras A e é típica de pulpite reversível, não de pulpite irreversível sintomática.

Alternativa B é correta pois Dor espontânea, intensa e contínua → Descrição clássica da pulpite irreversível sintomática, mediada por fibras C, persistindo mesmo sem estímulo.

Alternativa C é incorreta pois Ausência de dor com desconforto leve à mastigação → Não corresponde ao quadro de pulpite irreversível sintomática; pode ocorrer em processos crônicos ou iniciais.

Alternativa D é incorreta pois Dor branda provocada por estímulos externos → Compatível com pulpite irreversível crônica (assintomática), não com a forma sintomática aguda.

Alternativa E é incorreta pois Hipersensibilidade dentinária transitória → Relacionada à atividade das fibras A e à hiperemia (patologia reversível), sem característica espontânea.

Questão 26 – Gabarito mantido letra D.

Justificativa de alternativas conforme MALAMED, Stanley F. (2021):

Alternativa A é Incorreta. O ASA não anestesia pré-molares e molares; portanto, não cobre 14 e 15.

Alternativa B é Incorreta. Requer múltiplas injeções suprapariosteais — contraindicado pelo paciente e ainda pouco eficaz em região posterior com osso espesso.

Alternativa C é Incorreta. ASP + ASM cobre os dentes, mas ainda exige duas punções vestibulares + 1 palatina, mais do que o paciente aceita.

Alternativa D é Correta. O bloqueio do nervo maxilar (V2) anestesia todos os dentes e tecidos vestibulares e palatinos do quadrante, reduzindo drasticamente o número de punções. Para garantir anestesia palatina profunda no procedimento cirúrgico, adiciona-se o bloqueio do nervo palatino maior. É a opção mais completa e com menor número de aplicações.

Alternativa E é Incorreta. O ASMA cobre incisivos, caninos e pré-molares, mas não anestesia molares (como o 15).

PROCURADOR JURÍDICO

Questão 21 – Gabarito mantido letra D.

Síntese do recurso: sustenta-se que haveria mais de uma alternativa correta (B e D), especialmente porque a ADC não seria cabível para lei municipal. Análise: a ADC tem por objeto lei ou ato normativo federal (CF, art. 102, I, “a”, e Lei nº 9.868/1999). Ainda assim, a alternativa D é a única que reproduz com exatidão regra procedimental expressa: a medida cautelar em ADC pode determinar que juízes e tribunais suspendam o julgamento de processos que envolvam a aplicação da norma objeto da ação (Lei nº 9.868/1999, art. 21). A alternativa B, além de deslocar o foco para a inadequação do caso concreto, não está redigida com precisão técnico constitucional ao restringir o cabimento “apenas” a “leis federais”, quando a ADC também pode recair sobre ato normativo federal. Decisão: recurso indeferido. Mantém-se o gabarito na alternativa D.

Questão 24 – Gabarito mantido letra E.

Síntese do recurso: sustenta-se que a alternativa C também seria correta, pois existiriam hipóteses legais de dispensa de chamamento público. Análise: a Lei nº 13.019/2014 estabelece como regra a realização de chamamento público para seleção de OSC (termo de fomento/colaboração), admitindo dispensa/inexigibilidade apenas em hipóteses excepcionais, taxativas, e mediante justificativa formal (arts. 30 a 32). No caso descrito, há apenas invocação genérica de “necessidade pública” e “início imediato”, o que não basta para afastar a regra geral. Além disso, a alternativa C é genérica e, sem ressalvas, induz a concluir que a dispensa é livre, o que contraria o regime legal. Assim, prevalece a alternativa E. Decisão: recurso indeferido. Mantém-se o gabarito na alternativa E.

Questão 25 – Gabarito mantido letra C.

Síntese do recurso: alega-se existência de mais de uma alternativa correta (C e E), requerendo anulação. Análise: assistiria razão ao recorrente se não fosse pelo enunciado da questão. A alternativa C está correta ao afirmar a exigência de dolo e tipicidade estrita no regime pós-Lei nº 14.230/2021, bem como a necessidade de motivação e individualização das sanções. A alternativa E também pode ser tida por correta fora do contexto da questão, ao refletir a orientação firmada pelo STF no Tema 1.199, no sentido de que as normas benéficas da reforma não têm incidência automática para desconstituir decisões transitadas em julgado mais gravosas. Contudo, está dito que o “juiz reconhece ato doloso”, de modo que a retroatividade da lei mais benéfica, que diz respeito à modalidade culposa, sequer deve ser considerada no feito. Decisão: recurso indeferido. Mantém-se o gabarito na alternativa C.

Questão 26 – Gabarito mantido letra B.

Síntese do recurso: sustenta-se inaplicabilidade da LGPD ao Ministério Público e a órgãos de controle, por se tratar de atividade de investigação e repressão penal. Análise: o enunciado descreve rotina de compartilhamento para auditoria, detecção de fraudes e accountability (controle administrativo), não se confundindo com atividade típica de segurança pública ou investigação/repressão penal (LGPD, art. 4º, III). Em regra, órgãos de controle e o Ministério Público, no tratamento de dados para fins institucionais, sujeitam-se à LGPD, observadas as bases legais e salvaguardas. O Relatório de Impacto (RIPD) não é sempre obrigatório, mas pode ser exigido pela ANPD e é recomendável quando o tratamento representar alto risco aos titulares (LGPD, art. 38). Logo, a alternativa B é a correta. Decisão: recurso indeferido. Mantém-se o gabarito na alternativa B.

PROFESSOR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Questão 22 – Gabarito mantido letra A.

No que diz respeito à afirmativa I, a argumentação apresentada não invalida a assertiva, pois justamente confirma o que ela expressa: A perspectiva predominante no início do século XX era de caráter médico-clínico, compreendendo a deficiência como um desvio individual; As práticas educacionais e institucionais eram orientadas pelo diagnóstico, pela normalização e pela segregação, em espaços especializados; As ações pedagógicas eram voltadas prioritariamente à correção, reabilitação e adaptação do indivíduo, e não à transformação do sistema educacional.

Assim, a menção à reabilitação feita no recurso reforça, e não contradiz, o conteúdo da afirmativa I, que descreve corretamente a lógica histórica do período. Ressalta-se ainda que o fato de se reconhecerem deficiências congênitas ou adquiridas não altera o modelo predominante da época, que era centrado na deficiência como condição individual a ser tratada e corrigida, em consonância com o paradigma clínico. Assim, fica mantido o gabarito.

PROFESSOR DE LETRAS / PORTUGUÊS

Questão 22 – Gabarito mantido letra A.

Por se tratar de um período simples, a oração é absoluta. Orações coordenadas e subordinadas ocorrem apenas em períodos compostos. Assim, fica mantido o gabarito preliminar.

Questão 23 – Gabarito mantido letra E.

I – O autor nega a ideia de que velhice implique, automaticamente, sabedoria ou lucidez.

II - Há uma crítica ao acúmulo material e uma defesa dos vínculos afetivos, especialmente quando a vida se aproxima do fim.

III – A afirmativa reformula de forma fiel o que o texto diz.

Assim, fica mantido o gabarito preliminar.

Questão 28 – Gabarito mantido letra D.

Ao analisar o Art. 60 da Lei Municipal nº 3.181/2008, que trata sobre a cedência do professor para outro órgão ou entidade, verifica-se que: “§ 2º Em casos excepcionais, a cedência ou cessão poderá dar-se com ônus para o ensino municipal: I quando se tratar de instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial; ou II quando a entidade ou órgão solicitante compensar a rede municipal de ensino com um serviço de valor equivalente ao custo anual do cedido.”.

Portanto, não havendo contraponto à legislação solicitada, a afirmação correta é a apresentada na Letra D. Em face do exposto, o gabarito oficial é MANTIDO.

Questão 30 – Gabarito mantido letra C.

A alternativa “C” está correta, pois a situação descrita configura corretamente o conceito de multidisciplinaridade, uma vez que há várias disciplinas (Português, Geografia, Matemática) trabalhando sobre um mesmo tema gerador (Meio Ambiente); cada professora/professor agiu de forma independente, usando seus próprios objetivos, procedimentos e instrumentos; não houve planejamento conjunto, articulação de conteúdos nem troca sistemática de resultados entre as áreas. A multidisciplinaridade, nesse sentido, é exatamente a justaposição de saberes em torno de um eixo comum, sem integração efetiva, o que corresponde ao caso narrado. Reforça esse entendimento na perspectiva de Pires (1998, p. 175), ao afirmar que “A multidisciplinaridade parece esgotar-se nas tentativas de trabalho conjunto, pelos professores, entre disciplinas em que cada uma trata de temas comuns sob sua própria ótica, articulando, algumas vezes bibliografia, técnicas de ensino e procedimentos de avaliação.”.

Em face do exposto, o gabarito oficial é MANTIDO.

PROFESSOR DE PEDAGOGIA

Questão 27 – Gabarito mantido letra B.

O conceito de terminalidade específica é abordado no Art. 59 da LDB, que determina que: “Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013) [...] II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;”.

Portanto, considerando o correto alinhamento com a LDB, a alternativa correta é apresentada apenas na Letra B.

Em face do exposto, o gabarito oficial é MANTIDO.

Questão 28 – Gabarito mantido letra D.

Ao analisar o Art. 60 da Lei Municipal nº 3.181/2008, que trata sobre a cedência do professor para outro órgão ou entidade, verifica-se que: “§ 2º Em casos excepcionais, a cedência ou cessão poderá dar-se com ônus para o ensino municipal: I quando se tratar de instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial; ou II quando a entidade ou órgão solicitante compensar a rede municipal de ensino com um serviço de valor equivalente ao custo anual do cedido.”.

Portanto, não havendo contraponto à legislação solicitada, a afirmação correta é apresentada apenas na Letra D.

Em face do exposto, o gabarito oficial é MANTIDO.

Questão 30 – Gabarito mantido letra C.

A alternativa “C” está correta, pois a situação descrita configura corretamente o conceito de multidisciplinaridade, uma vez que há várias disciplinas (português, Geografia, Matemática) trabalhando sobre um mesmo tema gerador (Meio Ambiente); cada professora/professor agiu de forma independente, usando seus próprios objetivos, procedimentos e instrumentos; não houve planejamento conjunto, articulação de conteúdos nem troca sistemática de resultados entre as áreas. A multidisciplinaridade, nesse

sentido, é exatamente a justaposição de saberes em torno de um eixo comum, sem integração efetiva, o que corresponde ao caso narrado. Reforça esse entendimento na perspectiva de Pires (1998, p. 175), ao afirmar que “A multidisciplinaridade parece esgotar-se nas tentativas de trabalho conjunto, pelos professores, entre disciplinas em que cada uma trata de temas comuns sob sua própria ótica, articulando, algumas vezes bibliografia, técnicas de ensino e procedimentos de avaliação.”.
Em face do exposto, o gabarito oficial é MANTIDO.

Município de Santa Bárbara do Sul /RS, em 20 de fevereiro de 2026.

Leandro Caraffini Venerai
Prefeito Municipal